



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 26/03424**

Governo do Estado de Pernambuco

Secretaria Estadual de Cultura

No dia 26 de abril de 2024, 14h32 (segunda chamada), no formato on-line, teve início a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Barbara Collier, Nivaldo Jorge, Marcelo Alexandre Balbino dos Santos, Janaina Santos de Oliveira, Carlos Eduardo Sales de Melo, Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa, Fábio Alexandre Melo Ferreira, Severino Carlos Amorim, Rafael Farias Almeida, Ana Paula Santana, Wagner Staden Egito de Vasconcelos, Gilmar Correia da Silva, Cleonice Maria dos Santos, Maestro Adailton José da Silva, Wlyssys Wolfgang; Yasmim Neves.** Conselheiros (as) Suplentes presentes: **Gerlane de Souza Lima; Dayton Diego Almeida; Maria da Conceição Cardoso da Silva; Renato Fonseca; Karla Regina do Monte Oliveira; Flavia Maria Pessoa Guerra; Francisco de Assis do Nascimento e Roberto Azoubel.** Com a seguinte **Pauta:** 1. INFORMES; Pauta 2. INDICAÇÃO DO CEPC COM 2 (DOIS) MEMBROS PARA COMISSÃO DELIBERATIVA DO FUNCULTURA 2024. Pauta 3. INDICAÇÃO DE 2 (DOIS) MEMBROS DO CEPC PARA COMISSÃO JUNTO A SECULT PARA A PNAB. Pauta 4. INDICAÇÃO DOS NOMES QUE FALTAM PARA AS COMISSÕES TEMÁTICAS DO CEPC. Pauta 5. REDEFINIR O CALENDÁRIO DE DATAS E LOCAIS DAS REUNIÕES DECENTRALIZADAS DO CEPC/2024. Pauta 6. LPG (SUPLENTES). A presidente **Yasmim Neves** deu início à reunião e solicitou a realização da chamada para verificar a presença dos conselheiros/as. Em seguida, deu início aos informes, afirmando que no próximo dia 3 de maio (sexta-feira), das 17:00 às 19:00, haverá uma devolutiva em relação aos pontos abordados durante a 4ª CNC, convite enviado pelo MinC. Ela mencionou que o conselheiro Nivaldo Jorge já compartilhou o convite no grupo dos 80 e pediu que todos agendem essa data, destacando que o evento será realizado online e que o link será disponibilizado assim que recebido. Yasmim também informou que os certificados dos conselheiros já foram encaminhados por e-mail para os endereços correspondentes. Ela destacou que a Casa dos Conselhos está acompanhando esse processo e que, caso algum delegado/a não tenha recebido o certificado ou deseje solicitar alguma alteração, deve entrar em contato com a gestão da Casa dos Conselhos. A conselheira **Ana Paula** questionou sobre o certificado enviado, observando que abrangia o período de 2023 a 2025. Ela indagou se

o certificado referente ao mandato anterior também seria enviado, até porque a maioria dos conselheiros renovou seus mandatos. **Yasmim Neves** explicou que recebeu a demanda sobre os certificados dos conselheiros atuais, das comissões setoriais e dos méritos para ex-conselheiros pelos serviços prestados. Especificamente sobre os certificados de mérito, discutiram com Alexandre a seleção e os critérios dos ex-conselheiros homenageados. Ainda não receberam da Secult a lista dos ex-conselheiros. As atas foram enviadas para validação, seguindo o procedimento acordado de correções em 48 horas. Yasmim também mencionou a reunião da comissão das eleições setoriais, onde validaram um formulário com o Mapa Cultural para testes. Destacou a importância do comprometimento dos membros das comissões, ressaltando que a atualização do cronograma é uma das tarefas da comissão de editais. Agradeceu por superarem essa etapa e informou que, após os testes do Mapa Cultural, fornecerão mais informações. Hoje, a comissão das eleições setoriais é composta por ela, Bárbara e Rei Marcelo de Ogum. **Wagner Egito** cumprimentou a todos e fez quatro informes. Ele anunciou que a Assembleia Legislativa convocaria uma audiência pública sobre o FIG, ressaltando a importância da participação do Conselho. Também informou sobre os certificados para ex-conselheiros e o andamento da sindicância da denúncia. Wagner mencionou o e-mail sobre o suposto impedimento de Joab e a necessidade de encaminhar a questão para a comissão de ética. Ele destacou a importância de investigar a alegação para tomar as devidas providências, garantindo um processo justo para Joab. A presidente **Yasmim Neves** respondeu a Wagner que Joab chegou a responder às tratativas e observou que ele está solicitando o encaminhamento, mencionando que cabe à presidência verificar a situação. Ela explicou que já está acompanhando o processo e que, inclusive, Joab mencionou que a comissão de ética se reunirá nos próximos dias para discutir o assunto. Yasmim acredita que mais informações serão disponibilizadas conforme o processo avança, e ela também mencionou que o e-mail enviado à comissão já foi recebido. **Wagner Egito** afirmou estar trazendo esse informe porque não obteve resposta até o momento, mesmo após enviar o e-mail, o qual também não recebeu resposta. **Yasmim Neves** reconheceu a situação e afirmou que irá cobrar um posicionamento mais firme da comissão de ética. **Alexandre Melo** saudou os presentes e abordou a questão dos certificados. Propôs uma reunião extraordinária para a entrega simbólica desses certificados a algumas pessoas específicas, com base no mérito de sua atuação como agentes públicos ou em serviço público. Ele considerou pertinente que todos os conselheiros, inclusive os do mandato passado, recebessem o certificado, destacando seu valor simbólico. Propôs estabelecer um prazo para que os antigos conselheiros fornecessem seus dados para receber o certificado. Além disso, sugeriu criar um certificado adicional para reconhecer outras pessoas que tenham prestado serviços relevantes, independentemente de serem conselheiros. **Yasmim Neves** lembrou que anteriormente havia sido acordado conceder o certificado de mérito aos conselheiros e ex-conselheiros pelos serviços prestados. Diante da sugestão de Alexandre para estender o certificado a outras pessoas identificadas pelo CEPC como prestadoras de serviços relevantes, Yasmim destacou a necessidade de uma discussão mais cuidadosa, pois não era a pauta atual. Comprometeu-se a incluir o assunto na próxima reunião para um diálogo sobre o processo e os critérios a serem adotados. Também verificará o status dos certificados do biênio anterior, solicitado por Ana Paula. Yasmim enfatizou a importância desse amadurecimento na discussão para uma decisão justa e adequada. **Dayviton Diego** saudou a todos os presentes e informou que representará o estado de

Pernambuco e a cidade do Moreno na Feira do Livro de Lisboa, que ocorrerá entre os dias 29 de maio e 19 de junho. Ele estará lá como editor, junto com alguns autores, fazendo parte da comitiva que representará o Brasil. Ele expressou confiança de que representarão o país com grande maestria. **Yasmim Neves** o parabenizou e afirmou ter certeza de que Pernambuco será muito bem representado. **Cleonice Maria** parabenizou Dayviton e afirmou que Pernambuco está bem representado por ele. Em seguida, falou sobre o andamento do processo na comissão de ética, no qual Wagner já havia trazido algumas informações. Cleonice aproveitou para solicitar celeridade no processo, ressaltando que quanto mais tempo demorar para resolver essa questão, mais tempo a sociedade civil ficará sem a cadeira de presidente. Ela reiterou o pedido para que se dê mais agilidade, a fim de evitar que a vacância da sociedade civil permaneça, permitindo que governo e sociedade civil possam trabalhar em conjunto. **Yasmim Neves** aproveitou para informar que solicitará mais agilidade no processo. No entanto, ela explicou que não está acompanhando todo o desenrolar, pois essa questão está sendo tratada pela CEPD (Comissão Especial de Processos Disciplinares). Portanto, ela não tem acesso a todas as informações devido ao sigilo necessário para a condução adequada do processo. Yasmim reafirmou seu compromisso em solicitar maior celeridade e em fornecer atualizações assim que as receber. Em seguida, eu, **Amanda Carneiro** Em seguida, eu, Amanda Carneiro, solicitei a palavra para trazer duas observações: Primeiro, referente ao Conselheiro Wagner, que enviou para a Casa dos Conselhos a demanda de aprovação de um texto relacionado à questão dos certificados de serviços prestados. Conforme mencionado pela presidente, essa pauta será tratada na próxima reunião. Segundo, em relação à Feira do Livro de Lisboa, solicitei a Dayviton que nos envie algum folder ou outro material para que possamos ajudar na divulgação desse evento tão importante para ele, para o CEPC e para nosso estado, que terá essa representação. A presidente **Yasmim Neves** iniciou o primeiro ponto de pauta, referente à indicação de dois nomes para compor a Comissão Deliberativa do Funcultura. No entanto, a conselheira **Thaynna Leocádio** pediu questão de ordem para solicitar que, devido à urgência e à ansiedade dos presentes na sala virtual, fosse adiantada primeiro a pauta da LPG (Lei Paulo Gustavo). Ela dirigiu-se à presidente e aos demais membros do CEPC, propondo discutir os demais pontos posteriormente. Eu, **Amanda**, Eu, Amanda, aproveitei para informar que estamos sendo cobrados sobre essa indicação, já que esta é a terceira reunião em que ficamos sem encaminhar essa demanda. Lembrei que é necessário enviar esses nomes ainda hoje, pois foi o último prazo que nos foi dado. Reiterei a necessidade de não finalizarmos a reunião sem cumprir com essa demanda e solicitei que, assim que o tema sobre a LPG for discutido, possamos retomar essa questão com a presença de todos os conselheiros/as. **Thaynna Leocádio** informou que fez a solicitação devido à ansiedade do pessoal, mas que logo após todas as dúvidas em relação à LPG e seus suplementos serem sanadas, voltaremos à indicação. O Conselheiro **Alexandre Melo** pediu questão de ordem para perguntar se seria estabelecido um horário para encerramento dessa pauta, pois poderia dar 18h e a pauta ainda estar em discussão. Ele considerou pertinente que a presidência estabeleça um horário para finalizar a pauta da LPG e, em seguida, garanta que as outras pautas sejam cumpridas. A conselheira **Cleonice Maria** pediu questão de ordem para aproveitar o gancho dado por Alexandre e reiterar que é preciso determinar um horário limite para o término da reunião. Segundo ela, entendeu que a sugestão inicial foi de fazer uma troca nos pontos da pauta, concordando que o tema LPG seja abordado primeiro. No entanto, destacou a

necessidade de objetivar inclusive o tempo de fala das pessoas para dinamizar o processo e garantir as demais pautas. **Thaynna** fez a sugestão de que fossem dados 2 minutos para cada fala, sugerindo que, no caso de dúvidas, seja concedido um tempo um pouco maior, mas que, para os questionamentos, 2 minutos seriam suficientes. **Yasmim Neves** explicou que vai adentrar ao ponto de pauta, sugerindo que primeiro sejam ouvidas as dúvidas e em seguida as respostas serão dadas. Ela ainda sugeriu que achava que 3 minutos de fala seriam razoáveis e pediu para que os conselheiros se manifestassem. Aproveitou para informar que Irene Veiga do Mapa Cultural estava presente na reunião e acreditava ser melhor ouvir os questionamentos para, em seguida, trazer uma devolutiva de forma geral, como de costume em todas as reuniões. Dito isso, solicitou que eu, **Amanda**, anotasse o nome de todos os conselheiros que gostariam de se inscrever para esse ponto de pauta. Após verificar as inscrições, coloquei-as na ordem de fala: Rafael, Cleonice, Wagner, Wllyssys, Rei Marcelo e Bárbara Collier. Aproveitei para informar que havia pessoas dentro da sala de reunião que não estavam identificadas, ressaltando a extrema importância da identificação. Dito isso, solicitei que essas pessoas se identificassem para que pudéssemos conhecer o público presente na nossa reunião. Além disso, pedi gentilmente que, quando um conselheiro estiver falando, respeitemos o tempo de fala dele, que está sendo cronometrado, e que qualquer interrupção será feita apenas para indicar que o tempo acabou, e que ao final da fala, a resposta será dada. **Rafael Farias** cumprimentou a todos e observou a presença significativa de pessoas da área cultural na reunião, devido à preocupação gerada pela situação da LPG. Ele elogiou o Estado pelo pagamento parcial, mas pediu agilidade nos pagamentos pendentes e questionou o motivo pelo qual os suplentes ainda não foram convocados. Rafael indagou sobre os critérios e o tempo necessário para iniciar os pagamentos, sugerindo a adoção de um cronograma para aliviar a ansiedade da classe artística. Ele criticou a demora do governo em compreender a emergência da situação e enfatizou a importância de uma definição concreta antes do fim da reunião. **Cleonice** destacou que a gestão estava cumprindo seu papel com os pagamentos, apesar dos problemas com a LPG. Reconheceu o esforço da equipe atual, mas enfatizou a necessidade de dar respostas à sociedade civil, principal preocupação dos conselheiros. Mencionou que sua entidade já recebeu recursos, mas muitos projetos ainda estão na suplência, exigindo esclarecimentos. Expressou preocupação com a falta de um cronograma claro, que gera incerteza para os suplentes. Apoiou a proposta de pagamento por lotes e destacou a importância de justificar a falta de publicação da lista dos suplentes. Enfatizou que um cronograma ajudaria a acalmar a classe artística e proporcionaria mais tranquilidade para a gestão. **Wagner** expressou satisfação com o início dos pagamentos e o progresso na fila. No entanto, levantou preocupações sobre os suplentes e o prêmio de salvaguarda. Ele mencionou um caso em que um mestre foi elevado de suplente a selecionado sem ser notificado, causando problemas na entrega da documentação. Wagner também observou que o segundo lote do edital de salvaguarda ainda não foi divulgado, o que pode afetar os mestres do primeiro lote. Solicitou que esses mestres não sejam penalizados e tenham a oportunidade de enviar a documentação pendente ou serem contemplados no segundo lote. O conselheiro **Wllyssys Wolfgang** saudou a todos os presentes e trouxe três pontos para discussão. Primeiramente, ele concordou com as colocações feitas por Cleonice e Rafael sobre a importância de estabelecer um calendário para os pagamentos da LPG. Destacou que muitas demandas têm sido recebidas devido à ansiedade causada pela falta desse cronograma, e enfatizou

a necessidade de sair da reunião com uma data definida, mesmo que seja necessário ajustá-la posteriormente. Em seguida, Wllyssys sugeriu considerar a possibilidade de utilizar a metodologia de lotes para convocar os suplentes, utilizando os recursos disponíveis em rendimentos. Ele questionou se existe algum impedimento ou procedimento que impeça essa abordagem, pois acredita que seria o mais lógico nesse momento. Por fim, o conselheiro lembrou o caso relatado por Wagner e informou outra situação na qual um proponente foi desclassificado na lista definitiva do dia 28, mas depois reabilitado por meio de um recurso extraordinário. No entanto, no Mapa Cultural, o proponente ainda está classificado como suplente, enquanto outros com notas menores estão listados como selecionados. Wllyssys expressou acreditar que se trata de um erro de digitação, pois recebeu e-mails e prints sobre o assunto, destacando a importância de corrigir esses equívocos para evitar que mais reclamações e demandas venham a surgir. O conselheiro **Rei Marcelo de Ogum** trouxe à tona questões adicionais relacionadas aos casos de suplentes e à definição dos critérios para os pagamentos da LPG. Ele mencionou que casos semelhantes ao exemplo trazido por Wagner também foram observados entre pessoas ligadas ao circo, levantando a preocupação sobre se essas pessoas seriam prejudicadas de alguma forma. Além disso, Rei Marcelo destacou uma declaração feita em dezembro pela secretária Cacau, na qual ela afirmava que todos os suplentes seriam pagos. Diante disso, ele questionou qual será o critério adotado agora para selecionar quem será pago, considerando essa mudança de postura. O conselheiro **Rafael Farias** ampliou a discussão trazida pelo conselheiro Rei Marcelo ao mencionar duas situações. Primeiro, ele referiu-se à declaração da secretária Cacau, que deixou a entender que todos os suplentes seriam contemplados com os recursos dos rendimentos da LPG, levantando dúvidas sobre se isso de fato ocorrerá. Em segundo lugar, Rafael mencionou uma declaração de uma deputada que sugeriu a possibilidade de abrir novos editais com esses recursos. Ele questionou em que momento esses editais seriam abertos, se seria após o término do pagamento dos suplentes, buscando esclarecimentos sobre essa questão. Rafael expressou que esses pontos são cruciais para o entendimento da situação atual e para dissipar possíveis interpretações equivocadas. A presidente **Yasmim Neves** forneceu esclarecimentos importantes sobre a questão dos pagamentos da LPG. Primeiramente, explicou que o valor previsto no edital foi destinado para pagar os projetos selecionados, enquanto os rendimentos serão utilizados para pagar os suplentes. Ela ressaltou que serão pagos tanto os projetos selecionados quanto os suplentes aptos a receber, utilizando os recursos disponíveis, mesmo que isso signifique pagar os suplentes com os rendimentos. Yasmim destacou que o pagamento dos selecionados já está em andamento e que já foram pagos cerca de 72% desses projetos. No entanto, o pagamento dos suplentes ainda não foi iniciado devido à necessidade de cumprir os critérios postos para esse processo, conforme descrito nos editais. Ela enfatizou que os critérios a serem utilizados serão os estabelecidos nos editais, e Irene Veiga forneceria mais informações sobre esse aspecto. Sobre o vídeo mencionado da secretária Cacau, Yasmim disse não se lembrar dele, mas reiterou que a intenção é utilizar todos os recursos disponíveis para pagar os suplentes e que não há intenção de devolver qualquer recurso ao Ministério da Cultura. A meta é garantir que todos os suplentes aptos sejam pagos com os rendimentos disponíveis, enquanto houver recursos e projetos a serem contemplados. **Irene Veiga** explicou que é necessário aguardar a finalização dos pagamentos dos projetos selecionados antes de iniciar o processo de remanejamento para os suplentes. Isso

ocorre porque os editais estabelecem reservas e vagas específicas que precisam ser respeitadas durante o remanejamento. Ela mencionou que, nos editais como o de ações criativas, é detalhado como o remanejamento deve ser feito, priorizando as faixas que possuem maior demanda de propostas e proponentes na condição de suplentes. Irene destacou que esses critérios são seguidos rigorosamente para atender à sociedade civil e respeitar os critérios estabelecidos nos editais. No exemplo fornecido por Irene, se um projeto selecionado de uma determinada região do Sertão foi inabilitado na fase de pagamento e liberou a vaga para o suplente, é necessário identificar qual suplente dentro dessa mesma região do Sertão é o mais adequado para ocupar essa vaga. Para fazer isso, Irene explicou que é preciso analisar os critérios estabelecidos no edital, especialmente aqueles relacionados às reservas de vagas específicas para cada região. O suplente selecionado para ocupar a vaga precisa estar dentro da mesma indicação de cota de reserva de vaga que o projeto originalmente selecionado. Portanto, no processo de remanejamento, será necessário identificar o suplente mais adequado dentro da mesma faixa de reserva de vaga específica do Sertão para ocupar a vaga que foi liberada pelo projeto inabilitado. Essa é uma maneira de garantir que as políticas de distribuição de recursos e oportunidades sejam seguidas de acordo com o que está previsto nos editais. Irene explicou que, neste momento, a mecânica a ser seguida será conforme o que está estabelecido nos editais. Ela enfatizou que é necessário aguardar o término do pagamento dos selecionados para poder iniciar o chamamento dos suplentes. Ela destacou que, atualmente, não é possível distinguir claramente o que é rendimento e o que é sobra de recurso. Portanto, é essencial concluir o pagamento dos projetos selecionados para que se possa iniciar o processo de pagamento dos suplentes. Essa abordagem segue as diretrizes estabelecidas nos editais desde o início do processo e visa garantir a transparência e a justiça na distribuição dos recursos disponíveis. **Yasmim Neves** falou sobre o processo de pagamentos, mencionando que, até o momento, foram realizados cerca de 72% dos pagamentos, restando aproximadamente 30 projetos a serem pagos, o que equivale a cerca de 300 projetos. Ela confirmou com Irene Veiga sobre esse número. Yasmim destacou que os cronogramas e critérios para os suplentes seguirão os mesmos dos editais, conforme explicado por Irene. O cronograma será publicado, e os suplentes serão chamados para enviar a documentação necessária para assinatura. Esse processo seguirá o mesmo padrão utilizado para os selecionados. Após o envio da documentação, a equipe avaliará o recurso e enviará o termo para assinatura, para então encaminhar ao banco para o pagamento. Yasmim ressaltou que os pagamentos são realizados diariamente, sendo enviados ao banco, que precisa de dois dias úteis para processá-los. Ela destacou que esse processo não depende apenas da Secult, mas também do Banco do Brasil, que possui seu próprio tempo de processamento. Yasmim exemplificou uma situação recorrente relacionada ao valor máximo que a conta do proponente pode receber. Às vezes, mesmo quando o proponente envia uma conta com um limite máximo, a Secult envia para pagamento, presumindo que está tudo correto. No entanto, quando o pagamento chega ao banco, eles o devolvem porque o limite da conta ou da transferência excede o valor que o proponente tem a receber. Nesses casos, o pagamento precisa ser processado manualmente. Isso envolve entrar no sistema, cadastrar a conta no Banco do Brasil e aguardar a autorização do banco para então enviar o pagamento. Yasmim destacou que a equipe tem enfrentado esses problemas relacionados ao pagamento. Ela reforçou que a comunicação oficial da LPG, assim como de qualquer outro projeto ou legislação, é

feita através do Mapa Cultural. Ela enfatizou que essa plataforma é onde os proponentes podem acompanhar todas as atualizações relacionadas aos seus projetos. Explicou que as informações são publicadas no Mapa Cultural, incluindo listas de selecionados, erratas e demais detalhes importantes. Portanto, tanto os selecionados quanto os suplentes devem estar atentos e acompanhar regularmente o Mapa Cultural para se manterem informados sobre o andamento dos seus projetos. Ela ressaltou a importância desse meio de comunicação e incentivou todos os envolvidos a utilizá-lo como principal fonte de informações. **Cleonice Maria** fez uma observação interessante, relacionando a situação dos suplentes que se tornaram selecionados à expressão popular muito dita por Lampião e pelos sertanejos: "passar de pato a ganso". Ela perguntou se já houve casos de projetos suplentes que foram promovidos a selecionados. Essa é uma pergunta crucial, pois muitas pessoas estão curiosas sobre isso e perguntando no chat. Cleonice expressou o interesse em saber se realmente houve casos em que suplentes foram elevados à condição de selecionados, querendo saber se essa mudança já ocorreu de fato. Cleonice afirmou que muitas pessoas têm procurado saber e pediu desculpas, mas não está convencida das respostas da gestão, pois tudo parece estar muito confuso. Ela perguntou sobre questões simples, mas as respostas não foram claras nem seguras. Por exemplo, sobre os pagamentos, não há uma base definida para encerrá-los e não se sabe se haverá uma lista de suplentes. Cleonice também questionou sobre o cronograma de pagamento dos suplentes, destacando a necessidade de transparência e clareza nas respostas para informar adequadamente o público. O conselheiro **Rafael Farias** expressou sua concordância com a fala de Cleonice, destacando algumas falhas de comunicação na LPG. Ele mencionou a correção de uma delas, relacionada aos e-mails sobre a abertura de conta, que gerou a impressão de que todos receberiam, inclusive os suplentes. Rafael ressaltou a importância de o dinheiro chegar aos artistas, principalmente para aqueles que estão na ponta, mas apontou para a ansiedade causada por erros, como o prazo mencionado no Instagram da Secretaria de Cultura para chamar os suplentes. Ele sugeriu a definição de um prazo claro para convocação dos selecionados e uma solução para casos em que a comunicação falhe, para evitar que o dinheiro fique indefinidamente reservado enquanto os artistas sofrem com essa indefinição. O conselheiro **Wagner Egito** opinou que o status de pagamento indica que a documentação foi entregue e está pronta para ser processada, não sendo necessário esperar o dinheiro chegar na conta para considerar o processo concluído. Ele argumentou que, se houver problemas com a conta, uma nova pode ser aberta, mas isso não deve atrasar o processo de convocação dos suplentes. Wagner sugeriu que, uma vez que a documentação esteja completa, os selecionados devem ser chamados, e se surgirem problemas posteriormente, novos suplentes podem ser convocados. Ele enfatizou que desta forma o processo burocrático eventualmente será resolvido. Wagner levantou uma preocupação em relação ao edital dos prêmios de salvaguarda. Mencionou que houve problemas de comunicação com os suplentes do primeiro lote, alguns dos quais não foram informados sobre sua seleção e, portanto, não entregaram a documentação necessária. Ele argumentou que o sistema do Mapa Cultural pode ser confuso para alguns proponentes, inclusive porque as publicações não estão organizadas cronologicamente e que a responsabilidade recai sobre a gestão em garantir uma comunicação clara e proativa. O conselheiro também destacou a dificuldade para os artistas em acompanhar diariamente o sistema em busca de atualizações, pedindo uma solução para garantir que nenhum proponente/mestre seja prejudicado devido a

problemas de comunicação ou acesso ao sistema. O conselheiro **Willyssys Wolfgang** pediu esclarecimentos para Irene sobre duas questões levantadas. Uma delas é em relação a um proponente do Sertão, onde Yasmim mencionou que será corrigido. Ele disse acreditar que a classificação incorreta aconteceu devido a uma possível falha de digitação. O proponente estava em uma posição onde deveria ter sido selecionado, pois havia concorrentes com notas menores que foram contemplados na ampla concorrência. Willyssys disse ter feito cálculos e verificou que ele ficaria como selecionado. Ele pediu a Irene para explicar novamente ou confirmar se a questão já foi resolvida. O conselheiro também levantou uma questão relacionada ao edital, especificamente sobre o ponto 13 dos pagamentos e repasses de recursos aos proponentes. Ele mencionou que não conseguiu interpretar da mesma forma que Irene fez sobre a necessidade de pagar primeiro os habilitados antes de passar para os suplentes. Ele buscou esclarecimentos, apontando que não encontrou nada na regulamentação que especificasse essa ordem. Ele expressou que, se não houver impedimento, não deveria haver problema em seguir adiante com a proposta. No entanto, ele solicitou uma compreensão mais clara do assunto para poder explicar adequadamente a outras pessoas que também possam ter dúvidas sobre o tema. O conselheiro **Dayvton Diego** expressou sua frustração com a complexidade e falta de clareza em relação à Lei Paulo Gustavo. Ele observou que sempre há uma extensa discussão sobre o edital e os processos envolvidos, o que pode confundir os participantes. Muitos selecionados estão aflitos devido à falta de informações claras e consistentes, resultando em angústia e incerteza. Ele destacou a dificuldade de acompanhar o Mapa Cultural regularmente e como isso pode causar perda de oportunidades, citando sua própria experiência com o Funcultura. Dayvton enfatizou a sensação de confusão e falta de direção, sugerindo que todos estão navegando sem um plano claro. **Yasmim Neves** fez questão de esclarecer que em nenhum momento desconsiderou o atendimento oficial por meio do MaxBot ou e-mail da Secretaria de Cultura. Ela enfatizou que todas as informações relacionadas ao acompanhamento do processo da Lei Paulo Gustavo estão disponíveis no Mapa Cultural, onde os proponentes se inscrevem, o edital é lançado e os resultados são publicados. Yasmim afirmou que o e-mail e o telefone da Secretaria são canais oficiais de comunicação. Além disso, ela mencionou que a equipe entrou em contato com muitos proponentes durante o processo de diligência e que qualquer problema enfrentado pelos proponentes é tratado da melhor maneira possível. **Yasmim** reforçou que o Mapa Cultural, o MaxBot e o e-mail são canais oficiais de comunicação, sendo que, para acompanhamento de todos os dados publicados, o Mapa Cultural é o principal recurso. Ela anunciou que, quando os pagamentos dos suplentes começarem, uma lista com esses suplentes será publicada, seguindo os mesmos critérios dos editais, como macrorregião, cotas e outros requisitos. Os suplentes serão chamados por lotes, com um cronograma definido. No entanto, Yasmim explicou que não pode fornecer uma data exata devido a desafios operacionais, como contas bancárias que precisam ser verificadas manualmente e questões de regularidade fiscal dos proponentes. Ela destacou os esforços da Secult para resolver esses problemas e afirmou que não vão prolongar os pagamentos até dezembro sem uma finalização de datas, planejando concluir os pagamentos e chamar os suplentes até maio. Yasmim pediu a Irene para explicar mais uma vez os critérios de forma transparente para garantir melhor entendimento. Ela reiterou que a lista dos suplentes será publicada da mesma forma que os editais de técnicos e salvaguarda, ressaltando que essas pessoas passaram pela

validação de documentos. Yasmim reconheceu que há muitos pontos a serem tratados e que é uma decisão seguir em frente, lembrando que o processo é uma lei emergencial e o objetivo é fazer com que o recurso chegue aos fazedores de cultura o mais rápido possível. Ela explicou que algumas situações, como o retorno do recurso pelo banco ou a falta de envio de documentos, podem causar a substituição do proponente, mas é necessário analisar o processo como um todo. Yasmim reconheceu as fragilidades em algumas etapas do processo e destacou os esforços da equipe para resolver os problemas. Ela mencionou a data do dia 17 como uma expectativa para que os processos fluíssem bem, mas há diversos pontos que precisam ser considerados, gerando idas e vindas aos processos. Yasmim enfatizou que a equipe está trabalhando com empenho para resolver essas questões e garantir que os pagamentos sejam realizados. Ela expressou esperança de que os presentes tenham entendido melhor a situação. **Irene Veiga** abordou a questão dos arquivos no Mapa Cultural, reconhecendo que algumas pessoas acham a disposição confusa. Ela explicou que estão trabalhando em uma proposta de melhoria da base do mapa, mas isso não é possível no momento devido à prioridade de pagar. No entanto, adotaram o critério de inserir a data antes do nome do documento para facilitar a visualização. Irene destacou que às vezes as pessoas têm dificuldade em identificar seu status no mapa e mencionou que alguns proponentes questionaram diferenças entre o status no mapa e nos documentos. Ela explicou como verificar o status e ofereceu ajuda através do MaxBot ou contato telefônico para resolver dúvidas. Irene enfatizou o compromisso em sanar todas as dúvidas dos conselheiros. Irene ressaltou que será divulgada uma lista dos suplentes que passaram a ser selecionados, acompanhada por um cronograma detalhado. Ela destacou a importância de garantir que todos os selecionados sejam pagos, especialmente no primeiro lote. Ressaltou que para assegurar e garantir as reservas de cota é fundamental que os selecionados sejam todos pagos pelo menos nesse primeiro lote que foram chamados, enviaram os termos e que foram assinados, e agora estão nessa fase de pagamento mencionada por Yasmim. Irene explicou o processo de pagamento, mencionando o uso do Knab para extrair um código do mapa e enviá-lo ao banco para efetuar os pagamentos automaticamente. No entanto, enfrentaram problemas, como bloqueios em contas digitais, que exigiram um processo manual mais lento. Esses contratemplos resultaram em uma pausa na rapidez do processo, como os 204 casos mencionados por Yasmim. Após resolver os pagamentos pendentes, o Mapa Cultural passará por uma atualização para tornar-se mais acessível e claro. Irene mencionou que estão tratando as informações fornecidas por Willyssys e pediu que ele verificasse outros itens do edital. Ela explicou que, devido às restrições do edital, não é possível separar os lotes, então é necessário aguardar a finalização dos pagamentos dos selecionados para identificar as vagas disponíveis e fazer o remanejamento. O ranqueamento das propostas será feito com base em critérios dispostos nos editais, que são diversos e não facilmente identificáveis, mas a equipe está se preparando para agilizar todo o processo. Irene ressaltou que a lista dos suplentes selecionados será divulgada amplamente, juntamente com o cronograma. A conselheira **Janaina Santos** questionou sobre o funcionamento do Mapa Cultural e reforçou a importância do ranqueamento e da divulgação da lista dos selecionados. **Yasmim Neves** Yasmim Neves reiterou que, em maio, o processo de pagamento dos selecionados será finalizado, incluindo os últimos 200 casos pendentes. Ela mencionou a organização diária dos lotes de pagamento e confirmou que em maio a lista dos suplentes e o cronograma serão publicados, seguindo todas as etapas

estabelecidas no edital, incluindo documentação, recurso, assinatura do termo e encaminhamento para pagamento. **Irene** reforçou que todos os prazos estabelecidos no cronograma serão semelhantes aos anteriores. O edital já prevê esses prazos, e será construído um cronograma para os suplentes que englobe todos esses períodos. A ideia é garantir uma divulgação maciça para que todos os agentes culturais estejam cientes da publicação da lista de suplentes. A conselheira **Cleonice** indagou se há projetos que estavam inicialmente na lista de suplentes e agora estão classificados como selecionados. Ela destacou ter ouvido relatos de várias pessoas afirmando que seus projetos, que estavam na suplência, foram promovidos para a categoria de selecionados. Cleonice reiterou a pergunta, questionando se essa informação é precisa e se os suplentes estão realmente aguardando ou se houve alguma mudança nesse processo. **Irene** explicou que, nos editais de premiação, tanto os de salvaguarda quanto os técnicos, já foi realizado o chamamento da primeira lista de suplentes. No entanto, nos editais de fomento, estão sendo tratados os selecionados. Ela destacou que, quando os proponentes observam que passaram de suplentes para selecionados, na verdade estão visualizando o status de selecionado na fase documental da inscrição. Irene sugeriu que, caso haja dúvidas, os proponentes entrem em contato para que possam ajudá-los a resolver essas questões enquanto ajustam a plataforma. **Irene** reforçou que a equipe do Mapa Cultural está disponível como um canal aberto de diálogo. Atualmente, conta com 10 pessoas disponíveis para esclarecer dúvidas, além dela própria. Ela solicitou à presidente que inclua o número de contato da plataforma no grupo 80 para que os membros possam entrar em contato quando necessário. Irene enfatizou que está totalmente disponível para conversar e ajudar sempre que surgirem dúvidas da sociedade civil que não estejam conseguindo responder, reconhecendo a importância de fornecer respostas à sociedade civil, que merece todo o suporte necessário. **Yasmim** informou que irá disponibilizar no grupo todos os números de contatos oficiais da Secult e do Mapa Cultural também. O conselheiro **Rafael Farias** expressou que a informação trazida por Irene é uma das mais importantes, pois muitas pessoas provavelmente viram sua situação como "selecionado" no Mapa Cultural e interpretaram isso como um sinal de que receberiam o pagamento. Ele destacou que, como o canal oficial é o Mapa Cultural, as pessoas tendem a confiar nas informações fornecidas lá. Por isso, quando veem que estão listadas como "selecionadas", entendem que irão receber. Ele também mencionou que, quando foi solicitada a abertura de conta, isso reforçou a ideia de que, se estão listadas como "selecionadas", receberão o pagamento. Ele agradeceu e sugeriu que fosse pactuado que todos consultem a lista novamente, utilizando o ranqueamento feito, e seja explicado que apenas os selecionados daquela lista estão sendo pagos. Ele enfatizou a importância de fornecer esclarecimentos claros e diretos, especialmente para artistas que podem ter dificuldades com tecnologia, como os da cultura popular. Ele propôs que, na próxima reunião do conselho, seja discutido e esclarecido o prazo final para encerramento dos pagamentos dos projetos selecionados. Ele sugeriu que, a partir desse momento, os suplentes poderão ser convocados. Esse esclarecimento seria crucial para entender o próximo passo após a conclusão dos pagamentos. Rafael solicitou que essa devolutiva seja trazida para a próxima reunião, a fim de que todos os conselheiros possam ter uma visão clara e alinhada sobre o assunto. **Yasmim** concordou em verificar essa questão e se comprometeu a trazer uma devolutiva na próxima reunião. Ela mencionou que o Mapa Cultural já está avançando nesse processo e que o financeiro está fazendo esse

levantamento para mensurar toda a situação, o que vai poder facilitar a validação do prazo necessário para finalizar os pagamentos. Yasmim também se comprometeu a compartilhar essa informação no grupo dos 80 ou apresentá-la na próxima reunião, caso esteja disponível antes. Yasmim se reportou a Cleonice e confirmou que o processo de convocação dos suplentes não ocorrerá sem a devida publicação. O primeiro passo será publicar a lista dos suplentes, indicando aqueles que precisarão entregar documentação. Em seguida, será aberto o Mapa Cultural para que os suplentes possam incluir a documentação necessária. Todo esse processo será publicizado no Mapa Cultural para garantir transparência e acesso às informações. **Cleonice** expressou sua preocupação com a confusão gerada pela busca constante no Mapa Cultural antes da publicação da lista de suplentes. Ela sugeriu que os suplentes evitem consultar o Mapa até que a lista oficial seja divulgada, para evitar mal-entendidos e confusões. Cleonice enfatizou a importância de aguardar a publicação da lista para que todos possam visualizar claramente quem são os suplentes, ressaltando que, da forma como vem ocorrendo, tem gerado muitos ruídos. **Yasmim** explicou que a Secult planeja publicar em maio a lista do primeiro lote de suplentes dos editais de fomento. Após essa publicação, será aberto o Mapa Cultural para que os suplentes que se tornaram selecionados possam incluir sua documentação e dar continuidade ao processo. Ela ressaltou que o status de “selecionado” podem variar dependendo da fase do processo em que o proponente se encontra, como na análise técnica, documental ou de mérito. Yasmim também mencionou que serão fornecidas as informações necessárias quando os chamamentos dos suplentes para envio de documentação e avaliação técnica forem iniciados. **Willyssys Wolfgang** destacou que a confusão decorre do fato de que, especialmente na lista do dia 28, principalmente no edital de aquisições, que é apoio ao desenvolvimento da cadeia produtiva, alguns suplentes foram promovidos a selecionados. Ele explicou que isso misturou quem já estava selecionado e habilitado com quem acabou de sair da posição de suplente para selecionado. Algumas pessoas receberam solicitações de envio de documentação, mas não receberam o termo correspondente para assinatura. Willyssys sugeriu que talvez a equipe da Secult tenha desacelerado o processo, entendendo que não era o momento de chamar esses suplentes, o que gerou falhas na comunicação. Ele observou que, na prática, esses suplentes foram chamados, o que pode estar contribuindo para a confusão. Ele percebeu isso ao analisar as listas, especialmente a do dia 28 de março, onde alguns suplentes foram promovidos a selecionados pela primeira vez, quando antes estavam apenas como suplentes. Ele chegou a essa conclusão devido ao número de pessoas que o procuram tentando entender o processo e por estar participando de diversos grupos do audiovisual no sertão, verificando constantemente essas listas. **Bárbara Collier** trouxe à discussão uma questão que gerou confusão, relacionada às duas datas apresentadas no Mapa Cultural, o que levou alguns participantes a entenderem equivocadamente que foram selecionados sem terem entrado com recurso, referindo-se ao audiovisual. Ela mencionou a importância de uma explicação mais detalhada sobre as fases do processo no Mapa Cultural, destacando que cada fase indica se o proponente está selecionado ou não. Bárbara enfatizou que a desorganização das páginas de resultados tem gerado dificuldades para os artistas e defendeu que as informações sejam mais claras para a classe artística. Além disso, reiterou seu apoio ao pagamento por lote, ressaltando que a lista de suplentes já está disponível há algum tempo e questionou se essa lista foi hierarquizada conforme as demandas dos indutores sociais. Ela considera o pagamento por lote uma opção mais

viável, dadas as circunstâncias. **Yasmim** aproveitou o momento para informar sobre uma resolução do CEPC que estabelece que a sociedade civil tem o direito de falar no início da reunião, durante os informes. Ela esclareceu que essa resolução foi aprovada pelo pleno e não tem o intuito de coibir a participação da sociedade civil, mas sim de proporcionar uma melhor condução dos trabalhos. Yasmim explicou essa questão devido à percepção de pessoas da sociedade civil levantando a mão para solicitar a fala durante a reunião. Em seguida, eu, **Amanda**, informei que iria colocar no chat a pergunta feita pela pessoa denominada Curumim, seguida pela pergunta de Roberto Carlos, e depois a de Gabriel. Solicitei que o conselheiro Rafael pudesse compartilhar essas perguntas com o pleno. **Yasmim** solicitou que Irene explicasse mais uma vez a questão do processo no Mapa Cultural, especificamente sobre a questão de estar selecionado ou não na análise técnica. **Irene** explicou que, quando o produtor ou agente cultural acessa a plataforma do Mapa Cultural, ele vai para o edital em que se inscreveu e visualiza o status de sua inscrição. O primeiro status que ele visualiza é o da avaliação, que é como uma linha do tempo. Após o status da avaliação, existe um balãozinho acima do número da inscrição. Irene mencionou que vão construir um documento e disponibilizá-lo para todos, mas não pôde mostrar a tela do Mapa Cultural devido às questões de LGPD. Ela explicou que, ao clicar nesse balão amarelo, a inscrição é direcionada para a análise técnica. Esse é o status atual. O último documento publicado e atualizado na plataforma é o mesmo documento anexado em PDF que é publicado no Cultura PE. Irene destacou que, quando fizerem o chamamento do primeiro lote de suplentes e o documento sair, vão atualizar os status dos suplentes que forem selecionados. Ela explicou que essa divulgação será feita de acordo com o documento que será disponibilizado. **Yasmim** reafirmou que estão trabalhando para finalizar os pagamentos até maio. Embora não consiga fornecer uma data exata no momento, ela espera poder trazer essa informação antes da próxima reunião. Yasmim assegurou que, assim que conseguirem, vão publicar a relação do primeiro lote de suplentes no Mapa Cultural e nas redes sociais. Isso permitirá que os suplentes enviem a documentação necessária e que o processo continue. Ela reconheceu que podem ocorrer erros, mas garantiu que a Secretaria está empenhada em acertar o máximo possível. **Cleonice** achou que estavam perdendo muito tempo discutindo o óbvio. Estava claro que as informações que queriam obter naquele dia não seriam fornecidas. Disse: “Vamos ser realistas, achávamos que teríamos a data de início do pagamento dos suplentes, que teríamos a data de encerramento do pagamento dos selecionados, achávamos que teríamos um cronograma.” Falou que, infelizmente, o processo estava indo bem, mas começou novamente a ter esse atropelamento. Ela entendia a questão da gestão, como eles estavam com muita demanda. Ela achava que a LPG precisava ser resolvida, porque questionava como seria a PNAB se estavam com dificuldades na LPG. Várias pessoas já colocaram suas situações, inclusive sobre a leitura de editais e de várias outras coisas, e continuavam sem compreensão. No que se referia às dúvidas das pessoas, ela achava que não era Irene que teria que responder sobre o Mapa, porque estava claro para ela. Ela orientaria as pessoas a entrarem no Mapa apenas quando vissem nas Redes Sociais do Governo a lista dos suplentes contemplados. Depois disso, iriam para o Mapa para ver o que estava sendo solicitado de cada suplente. Ressaltou que não dava para ficar discutindo a tarde inteira a questão do Mapa, era uma questão de sair uma relação de lotes que seriam pagos, qual seria o primeiro lote, o segundo. Ela achava que a discussão deveria ser essa. Pediu para deixar esse registro aqui e dizer que

estava muito desanimada por estar sem resposta para dar às pessoas que nos procuravam para buscar essa clareza. Infelizmente, ela via que a situação estava muito enrolada, muito lenta. Ressaltou que foi dito que em maio pretende-se pagar os selecionados, mas isso não é uma esperança para os suplentes. Porque tinham uma demanda muito grande de pessoas no estado, muito ansiosas, muito fragilizadas, aguardando justamente o pagamento desses recursos. Ela achava que, se explicasse aqui, ninguém ia entender por que não começavam a pagar aos suplentes. **Yasmim** destacou que não pretendem pagar os selecionados em maio, pois os mesmos já estavam no processo de pagamento desde o dia 3 de abril e apenas precisavam concluir os pagamentos. Yasmim destacou que estavam dedicados a resolver as pendências dos proponentes e outros processos de pagamento que já estavam em andamento. O cronograma seria elaborado e divulgado, assim como a listagem do primeiro lote de suplentes. Ela lamentava não poder fornecer respostas mais precisas sobre datas, mas estavam trabalhando nisso. Reconheciam os erros e acertos no processo de pagamento e já tinham iniciado medidas para evitar falhas semelhantes no futuro. Apesar dos contratemplos que levaram a LPG a atrasar, estavam comprometidos em resolver a situação, tanto com a continuação do trabalho na LPG quanto com os processos da PNAB, visando evitar problemas para todos os envolvidos. **Thaynna** falou sobre a pergunta que **Curumim** havia colocado no chat: "Sem data de chamamento dos suplentes, ficamos na mesma? Vão adiantando e suplentes que já estão nos valores excedentes em conta de lucro?". Thaynna também abordou uma segunda pergunta de **Gabriel Lisboa**: "Reitero a solicitação por perguntas sobre o manual de prestação de contas da LPG, pois os proponentes que receberam recursos estão sem executar os projetos com receio da prestação de contas?". Thaynna mencionou uma terceira pergunta de **Fernando Ferreira de Souza**: "Então, a solução para a questão que Wagner está relatando, sugiro que todas as pessoas que passem de suplente para selecionado sejam avisadas por e-mail, solicitando o envio da documentação necessária?". Thaynna trouxe também uma última pergunta de **Natália Maia Lima**, que viu ali e achou pertinente: "Se algum conselheiro poderia comentar a possibilidade de prorrogação do Funcultura até a chamada dos suplentes?". **Yasmim** informou que o manual de prestação de contas e o manual de marcas seriam disponibilizados na próxima semana. Ela explicou que alguns editais têm especificidades, onde alguns preveem apenas o relatório de execução e outros o relatório físico-financeiro, mas tudo isso seria disponibilizado para eles. Yasmim não compreendeu totalmente a pergunta de Curumim sobre o lucro. Ela decidiu encaminhar os e-mails ao jurídico e ao atendimento para realizar o processo de diligência de aviso. Então, ela fez uma anotação desse encaminhamento. Yasmim não pôde fornecer informações sobre a prorrogação do Funcultura naquele momento. Ela decidiu trazer o pedido, conversar com a Fundarpe e dar um retorno posterior, mas não podia garantir que seria atendido imediatamente. Ela explicou que os cronogramas são diferentes, pois o Funcultura é gerido pela Fundarpe e a LPG pela Secult. Yasmim explicou que trouxeram essa devolutiva devido à vinculação aos critérios e ao ranqueamento dos editais. O rendimento dos suplentes será determinado pelo acionamento, com base em critérios e categorias, como induções e cotas. O processo de seleção depende dessa estruturação, incluindo o ranqueamento. Os suplentes serão selecionados conforme os critérios estabelecidos nos editais vigentes. **Rafael** trouxe a pergunta sobre até quando eles insistiriam com pessoas que não estavam cumprindo, como nas tentativas do governo de solicitar conta, que muitas vezes estava errada e o dinheiro não saía,

afetando os prazos. Ele questionou até quando insistiriam com esses proponentes para estabelecer um prazo. Também mencionou o erro de solicitar a documentação e depois não existir um campo específico no Mapa para inseri-la, pois entenderam que não era o momento de enviar a documentação dos suplentes. Ele queria esclarecimentos diretos sobre esse ponto relacionado ao Mapa. **Rafael** concluiu lembrando aos presentes, incluindo Curumim, que talvez não o conhecessem, que representava muitos artistas, inclusive da cultura popular. Ele foi um dos que mais criticaram o governo na reunião, pedindo agilidade nos pagamentos. Rafael ressaltou seu compromisso em cumprir as regras do conselho, destacando a importância de se focar nos assuntos pertinentes. Ele defendeu a cultura de Pernambuco, uma causa que ele abraça há quatro anos. **Yasmim** informou sobre a questão da data limite, acertando que seria dia 30 de abril, na próxima terça-feira. Todos aqueles com pendências teriam seus cronogramas ajustados e a lista seria organizada e divulgada. **Irene** confirmou que o segundo e-mail enviado foi um erro da secretaria. Ela lamentou o ocorrido e destacou que eles têm se esforçado para evitar erros. Foi corrigido enviando um novo e-mail informando quem seriam as propostas que necessitavam da documentação naquele momento. **Willyssys** sobre o manual, ressaltou que não era necessário esperar a prestação de contas para executar os projetos. Ele explicou aos presentes que, conforme o contrato e o edital, era preciso alocar os recursos na comunidade, executar os projetos e, por fim, realizar a prestação de contas. Também recebeu muitas solicitações sobre o adiamento do Funcultura e Audiovisual por pelo menos uma semana. Alguns projetos estavam como suplentes em uma colocação mais próxima, enquanto outros estavam mais distantes. Havia uma expectativa sobre serem contemplados ou não. Ele achou importante que colocassem essa possibilidade no radar, reforçando o que Thaynna e os demais conselheiros haviam mencionado. **Amanda** esclareceu sobre o poder de uma resolução sobre o regimento, afirmando que sim, ela tem influência. Ela destacou a importância do respeito mútuo entre os funcionários públicos e a sociedade civil durante as reuniões, reforçando que todos merecem ser tratados com respeito e que estão ali para trabalhar de forma transparente e coerente, pedindo que se mantenha o diálogo respeitoso em todas as situações. **Yasmim** considerou que, independentemente de quem estivesse na esfera de gestão, cada um desempenhava seu papel, trabalhando com a sociedade civil para fortalecer a cultura de Pernambuco. Ela reconheceu que nem sempre todas as respostas desejadas poderiam ser fornecidas de imediato, mas enfatizou o compromisso em construir e trabalhar junto com os conselheiros e a sociedade civil para uma política cultural efetiva. **Janaína** reiterou a necessidade de coordenar a agenda da reunião do conselho com os assessores, evitando marcar encontros no mesmo dia e horário. Como coordenadora da comissão de editais, ela não podia deixar de participar dessa reunião importante, mas também não podia estar presente em outra reunião com a assessoria de dança ao mesmo tempo. **Yasmim** pediu desculpas e reiterou o pedido para que a informação fosse transmitida aos assessores, já que eles também participam dessa pauta. Ela acreditava que a reunião deveria ter sido agendada devido a alguma audiência, mas se comprometeu a verificar e garantiu que isso não se repetiria. Yasmim passou a palavra para Thaynna para discutir as demais pautas. **Yasmim** ressaltou que tinha um ponto a ser levantado sobre a PNAB para esclarecer dúvidas, o que motivou o diálogo atual. **Thaynna** mencionou que gostaria de agilizar o processo e destacou quatro pontos a serem discutidos: as indicações e os nomes, a comissão temática do Funcultura, a PNAB e duas respostas adiantadas. Ela explicou sobre o calendário das

reuniões, que foi enviado por e-mail para a Casa dos Conselhos após aprovação no grupo. Thaynna detalhou as datas das reuniões até o final do ano e mencionou ter recebido confirmação de recebimento do e-mail, solicitando posteriormente uma explicação sobre isso. Ela explicou que foi realizada uma enquete para preencher as vagas nas comissões permanentes. Arthur Teti e Ana Galvão se candidataram para a Comissão de Política Sociocultural e Lançamento de Editais, que tinha duas vagas. Apenas o Maestro Adailton Silva se candidatou para a Comissão de Articulação, que também tinha duas vagas. Gerlane foi a única a se candidatar para a Comissão de Infraestrutura e Finanças. Ainda havia uma vaga em aberto para a Comissão de Articulação e Integração, outra para a Comissão de Infraestrutura e Finanças, e uma para a Comissão de Comunicação. Thaynna sugeriu que membros da gestão preenchessem essas vagas, especialmente na área de comunicação, para garantir o processo adequado de integração e comunicação de informações. Mencionou a indicação de **três nomes para a comissão deliberativa do Funcultura**, surgidos no grupo. Propôs que fosse realizada uma votação para escolher entre esses nomes. Jocimar, ex-presidente do conselho na gestão anterior, Lívia Aguiar, ex-conselheira em dois mandatos anteriores, e Sebastião, também ex-membro do conselho, foram os nomes citados. Thaynna considerou importante essa votação para garantir um processo justo. Concluiu sua fala abordando o item 1.2 da pauta, relacionado às contas da comissão. Destacou a necessidade de alinhar os pontos referentes à PNAB que essa comissão iria tratar. Inicialmente, foi entendido que não seria necessário deixar de ser conselheiro ou proponente para participar da comissão, mas houve um ruído de comunicação sobre isso. Thaynna sugeriu que a votação para os nomes indicados para a comissão deliberativa do Funcultura fosse realizada. **Cleonice** expressou sua dúvida sobre a PNAB, questionando o papel de Janaína e Alexandre na comissão. Observou que, apesar de seus nomes terem sido indicados, eles são produtores culturais e podem ser penalizados por participar. Cleonice sugeriu que Yasmim fornecesse esclarecimentos sobre o papel dessas duas pessoas na comissão, para que o debate pudesse prosseguir. **Rafael** expressou concordância com Cleonice, sugerindo que Yasmim esclarecesse os critérios e a participação dos conselheiros indicados pelo conselho na elaboração dos editais. Ele questionou se a participação dos conselheiros ia até esse ponto e propôs que, se não houvesse impedimento, Janaína e Alexandre, que já eram da comissão de editais, poderiam contribuir. Rafael expressou desconforto em votar na Comissão Deliberativa do Funcultura devido ao desconhecimento de alguns nomes e à ausência deles para defender suas indicações. Ele não se sentia preparado para votar naquele momento, mas estava disposto a seguir a maioria. Sugeriu que os nomes fossem colocados no grupo dos 80 para votação por enquete, com um prazo máximo de dois dias. **Yasmim** explicou o motivo pelo qual as duas pessoas indicadas pelo conselho não poderiam apresentar projetos na PNAB. Ela esclareceu que o objetivo é discutir o processo de construção das propostas a serem publicadas na PNAB, definir prioridades e valores. As pessoas indicadas devem acompanhar de perto esse processo, o que envolve assinar um termo de confidencialidade. Participar desse processo daria a elas informações privilegiadas, já que estariam envolvidas na definição dos editais. Por isso, não poderiam apresentar projetos, pois estariam envolvidas na tomada de decisões sobre os documentos a serem enviados ao Ministério da Cultura como Política Pública. **Amanda** teve uma breve conversa com Clarisse para relembrá-las sobre a cláusula no edital do Funcultura que estabelece que **os Conselheiros não podem participar da comissão deliberativa sem**

deixarem seus cargos. **Thaynna** já havia mencionado isso no grupo anteriormente. Amanda enfatizou que essa decisão cabe ao conselho e que é importante que todos tenham conhecimento disso. Explicou que era necessário decidir os nomes naquele momento, pois o prazo já estava esgotado. Ela havia solicitado uma concessão para essa decisão na reunião anterior, mas o prazo foi adiado para o dia seguinte e depois para o dia da reunião atual. Ressaltou que os itens 1.2 e 1.3 ainda precisavam ser discutidos e decididos pelos membros. Amanda pediu compreensão, pois essa decisão estava sendo adiada desde março. **Janaína** ponderou que se o processo começa com a restrição de participação, isso invalida o debate no Conselho. Indicar pessoas externas significaria repassar toda a orientação e demandas discutidas. Questionou se os conselheiros indicados receberiam alguma remuneração e até que ponto seria sua participação. Expressou preocupação sobre até onde iria essa colaboração, já que o Conselho contribuiu muito com o processo. Alertou que é importante entender o papel e os limites dos indicados para garantir um diálogo eficaz. **Yasmim** destacou que a indicação para o Funcultura é diferente da indicação para a PNAB. Salientou que o indicado para o processo da PNAB deve ser um Conselheiro do CEPC, não uma pessoa externa, como permite o Funcultura. Explicou que para o Funcultura são duas indicações, mas para a PNAB a pessoa precisa ser Conselheiro, dada a natureza do processo de diálogo e colaboração. Ela ressaltou a importância da participação do Conselho para garantir uma resposta eficaz às necessidades da sociedade. Yasmim lembrou da discussão anterior sobre a falta de proximidade do Conselho com a LPG, mas a importância de sua presença na PNAB. **Cleonice** expressou preocupação sobre as indicações para o PNAB. Ela mencionou que as comissões nacionais dos Pontos de Cultura também fazem indicações, mas têm limitações para evitar penalizações por acesso a informações privilegiadas. Cleonice destacou que há incerteza sobre até onde os indicados do Conselho poderiam participar, conforme questionado por Janaína. **Thaynna** esclareceu que os membros da comissão deliberativa do Funcultura recebiam uma remuneração simbólica apenas quando compareciam a uma reunião. Essa remuneração era destinada apenas ao titular, não ao suplente, e era concedida a cada convocação para reunião. Expressou uma dúvida sobre a indicação de conselheiros para comissões que discutem questões antes da fase de elaboração dos editais, evitando informações privilegiadas. Ela destacou a importância de garantir que os conselheiros indicados possam participar como proponentes na PNAB. Thaynna sugeriu os nomes de Janaína e Alexandre, mas ressaltou a necessidade de garantir essa participação na PNAB para eles. **Yasmim** sugeriu que houvesse flexibilidade na decisão, destacando que não há imposições. Ela propôs discutir até que ponto as duas pessoas indicadas poderiam participar, sugerindo a possibilidade de indicar alguém como Rafael, mesmo que não escreva projetos, para a comissão. Destacou a sensibilidade da questão, mencionando que não era possível se inscrever em nada relacionado à função no órgão. Isso ocorria devido ao envolvimento na discussão sobre a construção das propostas, o que poderia levar a um conhecimento prévio das mesmas e, consequentemente, à redação de projetos. **Janaína** concordou com Yasmim sobre a necessidade de delimitar a participação das duas pessoas indicadas, enfatizando a importância de serem conselheiros. Ela destacou que os artistas e conselheiros representam a mesma classe e ressaltou a necessidade de remuneração para atividades como essa. Concordou que o papel do Conselho era orientar a secretaria com base no documento debatido e elaborado anteriormente. **Rafael** expressou preocupação sobre até que ponto as indicações podem comprometer a inscrição nos

editais. Ele mencionou que em uma reunião anterior considerou colocar seu nome caso algum dos indicados pelo conselho não quisesse participar, mas deixou claro que não participaria dos editais. Ele enfatizou a importância de garantir representação, mas destacou a necessidade de garantir que isso não prejudique os nomes já indicados, o que ele acredita ser consenso no conselho. **Yasmim** explicou que o momento atual envolvia entender as prioridades da sociedade civil para a PNAB com base nas propostas disponíveis. Esse processo visava a construção do PAR, definindo objetivos, valores e faixas a serem encaminhados ao MINC. No entanto, ela também levantou a questão sobre até que ponto seria viável a participação no processo, considerando a impossibilidade de contribuir com projetos na PNAB. **Janaína** perguntou se já havia sido mencionado quem seria o responsável pela comissão da PNAB, destacando a importância dessa informação para o documento. Ela enfatizou que o papel do conselho seria reforçar as propostas e orientar, sugerindo três ou quatro encontros para alinhamento nesse sentido. **Yasmim** explicou que atualmente a PNAB está sob responsabilidade da Superintendência de Planejamento Estratégico e Fomento, em diálogo com outras áreas. Destacou a importância desse processo de construção em conjunto com o Ministério da Cultura. Essa fase envolve várias gerências, e a próxima etapa será a transferência para outras áreas da secretaria para a escrita dos editais, resultado de um processo coletivo de construção. **Amanda** confirmou as informações sobre o Funcultura, como solicitado por Janaína, para garantir clareza. Ela está em contato com o pessoal responsável e aguarda retorno para repassar as informações. Esse esclarecimento é essencial para a escolha que o conselho fará. **Wagner** esclareceu que as recomendações do Conselho para participar da comissão organizadora não implicam na elaboração dos editais, uma responsabilidade da Secult. O objetivo é participar dos encaminhamentos, como prazos e comunicação, para garantir uma organização adequada. O Conselho busca representar os fazedores de Cultura, discutir demandas e trazer devolutivas, agindo como uma ponte entre eles e a operacionalização do PNAB. **Wagner** fez um encaminhamento sobre a identificação dos participantes na reunião, ressaltando a importância de estarem identificados, pois a reunião é pública. Ele sugeriu que quem não atender à solicitação de identificação seja removido, destacando a necessidade de transparência e segurança ao lidar com pessoas não identificadas. **Amanda** concordou com a proposta e sugeriu que essa medida fosse aprovada imediatamente para garantir a segurança e transparência das discussões. Amanda solicitou que o plenário considerasse essa questão e a implementasse a partir da próxima reunião. **Thaynna** complementou a proposta sugerindo que, além da identificação individual, caso seja um coletivo, o nome do coletivo seja indicado juntamente com a pessoa que o representa. Ela enfatizou a importância de deixar essa informação clara, seguindo a sugestão anterior de Wagner. **Yasmim** explicou que a participação no processo atual não era viável, pois, após consulta ao jurídico, ficou claro que mesmo que não estivessem diretamente envolvidos na redação, o Conselho estaria tratando de questões fundamentais, como o PAR e a definição de objetivos e valores. Ela sugeriu que, caso não houvesse a participação das duas pessoas indicadas, fosse feita uma construção conjunta pelo conselho para validar e seguir adiante. Yasmim fez uma correção em relação ao processo de diálogo com o conselho, explicando que o que não estava ocorrendo antes, estava sendo construído no agora, pois antes mesmo de qualquer reunião ela encaminha as informações junto ao grupo dos 80. Ela propôs que, antes de divulgar, fosse feita uma formação para o conselho sobre as propostas, valores

e faixas, destacando que quem participasse não poderia redigir. Sugeriu que a Secult passasse por esse momento internamente, trazendo depois para o conselho o processo de construção do PAR, para que fossem feitas as alterações necessárias. Isso porque a discussão seria na próxima semana. **Rafael** sugeriu que a indicação não fosse decidida apenas pelo grupo, mas sim trazida para o conselho como um todo. Ele considerou que esse poderia ser o melhor caminho no momento, evitando assim que alguém fosse impedido de participar. Rafael acreditava que essas devolutivas aproximariam o conselho da PNAB, pelo menos em relação aos encaminhamentos. Expressou sua falta de familiaridade com a maioria dos nomes propostos para a comissão deliberativa do Funcultura. Ele destacou que conhecia Jocimar e não teria problema em indicá-lo, considerando sua longa contribuição ao conselho. No entanto, Rafael admitiu sentir-se despreparado para votar em outros nomes. Sugeriu adiar a decisão e realizar uma enquete no grupo dos 80 até o dia seguinte, para facilitar a escolha. **Yasmim** perguntou quantos conselheiros eram a favor da proposta em questão. Com 10 a favor e 1 abstenção, a proposta foi aceita. **Alexandre** não compreendeu por que os nomes para a Comissão do Funcultura não estavam presentes para votação e questionou se deveriam provocar as pessoas ausentes. Ele ficou confuso sobre a decisão de realizar a votação em outro lugar, considerando que estavam todos reunidos ali. **Yasmim** explicou que ainda seria votada, mas não havia sido encaminhado pelo menos um resumo ou uma minibiografia para que todos entendessem quem eram. Não necessariamente essa apresentação precisava ser feita naquele momento, descrita em uma reunião. E já que Rafael trouxera a questão do encaminhamento e da falta de conforto em decidir sobre isso. Ele sugeriu resolver isso no grupo dos 80, mas era algo que voltariam a discutir ali para decidir se tomariam uma decisão imediata ou posteriormente. **Wagner** sugeriu uma nova abordagem: realizar a seleção dos nomes em uma reunião da Sociedade Civil, ao invés da reunião do conselho. Ele destacou a importância de debater e discutir os nomes antes da votação, especialmente para aqueles desconhecidos. A proposta incluía ratificar os nomes escolhidos na próxima reunião do conselho, após um debate separado com as pessoas envolvidas. **Yasmim** expressou sua dúvida sobre a existência de um prazo para abordar o assunto na próxima reunião do conselho. Ela mencionou a importância de considerar as posições tanto da Sociedade Civil quanto do Governo em relação à indicação, que estava prevista para ser votada em conjunto, conforme um acordo estabelecido. **Rafael** levantou uma questão de ordem, questionando se os três nomes indicados estavam presentes para se apresentarem e serem votados, porém admitiu que só conhecia um dos nomes, o que dificultava sua decisão de voto. **Yasmim** trouxe o assunto da PNAB e a forma de lidar com as indicações da comissão deliberativa durante a reunião. Ela sentiu a necessidade de tomar uma decisão sobre o encaminhamento do assunto para evitar repetir discussões futuras. Yasmim expressou o desejo de ouvir a opinião de Cleonice, mas destacou a importância de tomar uma decisão direcionada, em vez de simplesmente adiá-la para a próxima reunião. **Cleonice** expressou sua opinião de forma objetiva, destacando que a atenção estava voltada tanto para a PNAB quanto para a LPG, mas os nomes não receberam a devida valorização. Ela enfatizou a importância de escolher pessoas com conhecimento em cultura para a comissão deliberativa. Concordou com Rafael sobre a necessidade de ouvir as pessoas e sugeriu realizar uma reunião extraordinária para discutir e selecionar os nomes adequados para a comissão. Cleonice defendeu que os escolhidos devem ser do movimento cultural para garantir responsabilidade com a cultura e com a comissão. **Yasmim** fez dois

encaminhamentos: primeiro, as pessoas indicadas precisavam realizar uma apresentação; segundo, propôs uma reunião extraordinária para ouvi-las, com base na maioria concordando. Ela sugeriu definir a data dessa reunião e considerou importante que Amanda esclarecesse as dúvidas sobre as indicações, como já fariam no grupo dos 80, onde os nomes seriam discutidos e validados. **Yasmim** recapitulou que na próxima Reunião Extraordinária, que ocorrerá dia 6 de maio às 14h, seria tratada a indicação dos membros para a curadoria do Funcultura, com a apresentação das indicações e a votação dos dois nomes. Todos concordaram com a proposta, que foi aprovada com 8 votos a favor e 1 abstenção. **Thaynna** lembrou que era importante registrar em ata que a identificação dos presentes não era uma proibição de fala ou perseguição, mas sim uma exigência legal de transparência. Ela destacou a necessidade de as pessoas saberem quem está presente na reunião para evitar possíveis interpretações erradas, como a ideia de que o conselho estaria impedindo a participação das pessoas. **Yasmim** destacou a importância de saber quem participava da reunião, já que estavam discutindo políticas públicas para o Estado. Ela sugeriu monitorar e compreender quem estava presente no processo de construção, sem retirar a fala de ninguém. Nada, havendo a tratar, a presidente **Yasmim Neves** agradeceu a presença de todos/as, deu por encerrada a reunião e eu, **Amanda Carneiro**, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de achada conforme, serão assinados por mim e pelos (as) demais conselheiros (as) presentes na Reunião.

Amanda Carneiro (**Secretária**)

Yasmim Dyndara das Neves Crispianiano (**Presidente**)

Bárbara Collier

Nivaldo Jorge Machado

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

Rafael Farias Almeida

Ana Paula de Santana

Janaina Santos Oliveira

Carlos Eduardo Sales de Melo

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

Fábio Alexandre Melo Ferreira

Gilmar Correia da Silva

Severino Carlos Amorim

Cleonice Maria dos Santos

Wagner Standen de Vasconcelos Egito

Adailton José da Silva

Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo

Gerlane de Souza Lima

Dayvton Diego Almeida

Maria Conceição Cardoso da Silva

Natália Oikawa

Renato Fonseca

Karla Regina do Monte Oliveira

Flávia Maria Pessoa Guerra

Francisco de Assis do Nascimento

Roberto Azoubel